

Sumário

1 Introdução.....	1
2 Princípios Caracterizadores do Sistema de Garantias.....	5
2.1 Princípios e valores tutelados.....	8
2.2 Princípios regentes	10
2.2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	10
2.2.2 Princípio do Devido Processo Legal	14
2.3 Princípios constitucionais penais.....	19
2.3.1 Princípio da legalidade penal.....	19
2.3.2 Princípio da humanidade.....	27
2.3.3 Princípio da culpabilidade	30
2.3.4 Princípio da proporcionalidade.....	32
2.3.5 Princípio da individualização da pena.....	34
2.3.6 Princípio da intranscendência da pena, ou responsabilidade pessoal	36
2.4 Princípios processuais penais	38
2.4.1 Princípio da presunção de inocência ou estado inicial de inocência	38
2.4.2 Princípio da ampla defesa.....	41
2.4.3 Princípio do contraditório.....	43
2.4.4 Princípio do juiz natural e imparcial	46
2.4.5 Princípio da duração razoável do processo e da prisão cautelar.....	49
2.4.6 Princípio da vedação das provas ilícitas	52
3 Estado de Exceção.....	57
3.1 Soberania como elemento do Estado	58
3.2 Conceito de Estado de direito e sua evolução.....	60

3.2.1 Evolução histórica do conceito de Estado.....	61
3.2.2 Estado Democrático de Direito.....	66
3.3 Segurança jurídica.....	71
3.4 Estado de exceção	75
3.4.1 Origem do Estado de exceção, o iustitium romano	78
3.4.2 Evolução teórica do Estado de exceção, de Schmitt para Agamben.....	82
3.4.3 Estado de exceção x Estado de sítio/defesa.....	87
3.4.4 Conceito de Estado de exceção como objeto de estudo.....	91
3.4.5 Ativismo Judicial.....	97
4 Episódios de Estado de Exceção no Brasil	105
4.1 Sistema penitenciário brasileiro	107
4.2 Deturpação na aplicação da Teoria do Domínio do Fato	115
4.3 A irresponsabilidade penal por crime de interceptação ilegal	121
4.4 Execução da pena em segunda instância, relativização da presunção de inocência	126
4.5 Autorização ilegal de abortamento	135
5 Considerações Finais	147
Referências	151